

Notas e informações**Agora, os fatos!**

211
A crise teve pelo menos um efeito benéfico: fez o presidente da República ver de perto a realidade e passar a defender posições racionais, capazes — se houver engenho e arte para levá-las a cabo — de abrir boas perspectivas para resolver alguns dos problemas do Brasil. O sr. José Sarney que concedeu entrevista à imprensa, ontem, é outra pessoa, diferente daquele sr. José Sarney que na televisão anunciava o milênio e convocava o povo a participar do futuro feito presente. Agora se está diante de um homem que vê os problemas com realismo e que é capaz de dizer que é necessário alterar a mentalidade brasileira e acabar com esta idéia, tão arraigada entre nós, de que o governo é responsável por tudo no País.

Pela primeira vez — embora se possa dizer que estava falando pro domo sua —, o chefe do Executivo deu relevo aos problemas reais, e colocou no seu devido lugar, importante, mas secundário, os menores. Não que concordemos com a decisão de s. exa. de fixar majestaticamente seu mandato em cinco anos, impondo a solução à Assembléia Nacional Constituinte através de expedientes de adiamento nem sempre recomendáveis; não que aceitemos que a fixação de cinco anos seja condição para ordenar a economia, estabilizar o sistema político e permitir uma presença mais firme do Brasil no sistema internacional. Como já afirmamos ao condenar o "Golpe de Estado de 18 de maio", não será a fixação do mandato de um presidente da República em cinco, seis ou quatro anos que resolverá esses problemas. Por essas razões, e até que o presidente Sarney dê inequívocas demonstrações de ser capaz de inspirar às forças partidárias e à Nação a confiança sem a qual não haverá estabilidade política, ordem na economia e afirmação no sistema internacional, acreditamos que o melhor para o progresso institucional é a realização de eleições diretas o mais breve possível. Essa discordância não impede reconhecer a sensível evolução do pensamento do chefe do Executivo diante dos problemas brasileiros. Dir-se-ia que a crise e a presença do sr. Bresser Pereira no Ministério da Fazenda abriram-lhe os olhos para a triste realidade nacional: um país cuja população crê que o governo pode fazer tudo.

Não só isso — as pessoas, intimamente, parecem indagar: "Que é que o País pode fazer por mim?" Não apenas nesse aspecto o chefe de Estado soube captar a realidade. Foi mais longe, e condenou com palavras duras, dificilmente proferidas por um político, o que se poderia chamar de mentalidade ufanista.

"Não vamos nos iludir — disse o presidente. Durante muitos anos, falamos que o Brasil (...) é um país destinado a ter um grande futuro. (...) Mas estamos verificando que o Brasil se está desatualizando, está se atrasando; que nosso parque industrial está ficando obsoleto, que nossas vias de transporte estão ficando insuficientes, que nosso parque energético está diminuindo cada vez mais sem condições de atender a uma projeção do futuro." Faltou apenas, para retratar a triste realidade, fazer o balanço daquilo que se convencionou chamar de dívida social.

O que é importante ressaltar na fala presidencial é que desta vez, ao invés de alardear a opção pelos pobres, ou pelos mais pobres, como solução — insinuando responsabilidades dos empresários por tudo isso —, o presidente Sarney se mostra propenso a encaminhar a solução desses problemas mediante a única saída racional possível: desregulando a economia e abrindo o Brasil ao mundo. É extremamente sintomático, a esse propósito, que o chefe de Estado tenha revelado à imprensa a surpresa do socialista Felipe González, que é presidente do governo espanhol, ao saber que 60% da economia brasileira está estatizada.

É de extrema relevância que os setores mais dinâmicos e modernos da sociedade brasileira tomem consciência de que de fato esta é a hora de modernizar o País, permitindo que tenha uma indústria poderosa. Pena que nesse caminho ainda tenham de defrontar-se com a obstinação do presidente da República em defender a reserva de mercado para a informática. Pena, dizemos nós, porque este é exatamente o calcanhar-de-aquiles do desenvolvimento tecnológico e da modernização industrial brasileira. A mentalidade reinante na SEI e em outros setores decisórios do governo — os quais parecem ter mais poder que o próprio presidente da República — é retrógrada; os que decidem nesse terreno preferem

que o Brasil seja capaz de andar de bicicleta *made in Brazil* a utilizar um potente carro último tipo no qual haja tecnologia importada ou aplicada no Brasil mediante a constituição de *joint ventures* com estrangeiros. Sem dúvida alguma, a bicicleta é saudável — mas o carro é mais confortável e mais rápido.

Ora, o que o presidente reclama em sua entrevista é que se ande depressa — e ao mesmo tempo, por vício de pensamento, quer que nossa indústria permaneça entregue aos cuidados dos albaneses e dos estrangeirados, que de fato fazem a política industrial do Brasil. O sr. José Sarney afirma ter determinado que a política industrial de seu governo seja orientada no sentido de abrir o Brasil ao mundo como maneira de modernizar-se. Perguntou, por acaso, ao sr. Archer, que pensa a esse respeito? Ou aos homens da SEI? Ou àqueles que, na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, criaram esse obstáculo ao progresso industrial brasileiro?

Seria salutar para o Brasil que o presidente da República manifestasse, no tocante a esse aspecto do futuro brasileiro, idêntica disposição de ânimo com que resolveu (?) a questão de seu mandato. Da mesma maneira, seria sumamente salutar que explicasse como um governo que emprega tão pouca gente — pelo que se depreende do que afirmou — tenha 250 mil funcionários ociosos, pelos primeiros cálculos que seu ministro da Administração divulgou há tempos, embora nunca mais tenha voltado ao assunto.

O presidente da República está na obrigação de demonstrar, por atos concretos, que sua visão de um Brasil moderno é diferente daquela que orienta as determinações de alguns de seus auxiliares diretos. Não será, evidentemente, com tiradas como essa de que o FMI rompeu com o Brasil — porque o Brasil não cumpriu o prometido... — que aumentará a credibilidade de seus pronunciamentos. As palavras proferidas na entrevista à imprensa foram corretas em sua maioria; resta saber se o presidente está disposto a passar aos atos, ou recuará nos propósitos de modernizar o Brasil e desregular a economia ao primeiro arreganho daqueles *moçambicanos* que, na Constituinte, formam com os albaneses enquistados no Executivo e podem cortar pelo menos mais um ano de seu mandato...